

I CNPM – Feministas fazem um balanço do processo e dos resultados

Neste segundo número especial do *Articulando*, trazemos a avaliação de algumas feministas que estiveram na I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres.

Schuma Schumaker

Redeh, representante da AMB no CNDM

A convocação da I CNPM, por si só, é um feito importante, pelo seu objetivo diferenciado e pela ação da sociedade civil, das diferentes organizações de mulheres que responderam positivamente a esta convocatória, embora o tempo tenha sido curto e isso tenha dificultado a participação de mulheres de regiões mais isoladas ou distantes dos centros urbanos, a exemplos de mulheres quilombolas, rurais, indígenas, parteiras. Talvez, com mais tempo, tivéssemos conseguido uma participação mais ampla.

Também destaco a participação das várias articulações e redes feministas, que se mobilizaram e investiram para que suas integrantes tivessem uma participação mais qualificada, aprofundando princípios e diretrizes para uma Política Nacional para Mulheres.

Em alguns estados, os governos tiveram uma relação muito pouco respeitosa com os movimentos sociais: não fosse pelo esforço do próprio movimento, muitas mulheres não teriam comparecido.

Na Conferência, as organizações da sociedade civil reafirmaram sua autonomia. Nos momentos em que foram debatidos temas caros ao feminismo, redes e articulações nacionais de mulheres estiveram coesas, como no caso da legalização do aborto. As diretrizes para a Política Nacional foram da maior importância e esperamos que o Estado possa incorporar este grande ganho da Conferência. Apesar das divergências entre sociedade civil e governo, este foi um embate político respeitoso, onde a sociedade sai fortalecida.

Deise Benedito (Fala Preta!/Fórum de Mulheres Negras)

Nesta conferência, foi grande a participação das mulheres negras. A Aliança de Parentesco Afro-Indígena, afirmada politicamente na plenária final já existia, de fato, há mais de 400 anos. Basta pensar que a formação dos quilombos contou com o apoio de nossas/os irmãs/os indígenas. Neste momento, a Aliança significa a necessidade de mostrar nossa unidade dentro da diversidade cultural. A perspectiva é criarmos uma agenda única de atividades, tanto para atividades organizadas pela sociedade civil, como para articulação em espaços de participação política e controle social, monitorando especialmente propostas afro-indígenas. Entre outras coisas, lutaremos conjuntamente para que sejam respeitadas as posições culturais dos povos indígenas e pela reparação do crime de escravidão de negras e negros.

De maneira geral, considero que a CNPM foi um processo muito participativo porque as mulheres puderam colocar seus objetivos, preocupações e estratégias de luta. O mais importante foram os resultados. Já produzimos muitos planos. Agora, a questão é: como fazer nossas proposições saírem do papel? Esta é a grande expectativa: que exista um plano que diga quando, onde, como e por que serão implementadas tais políticas para mulheres. Portanto, a nossa atitude será monitorar. Precisamos de um grande projeto para isso e sabemos que para saírem do papel as proposições está em questão o recurso, o orçamento. Aí entra o compromisso do governo. Por isso, precisamos iniciar encaminhando propostas para as/os candidatas/os a Vereadora e Vereador, a fim de irmos avançando na questão do orçamento desde os municípios.

Um destaque: não foi possível encaminhar na CNPM, mas atuaremos junto à Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) no sentido de que seja encaminhada proposta de criação de Fundo Nacional para financiamento de candidaturas de mulheres negras, indígenas ou de baixa renda. Para a formação do Fundo, propomos que sejam retirados 1,5% de cada prêmio acumulado da loteria esportiva, nos anos eleitorais. O total de recursos seria dividido igualmente entre as candidatas, independente do cargo a que se candidatarem.

Eleonora Menecucci

Relatora do Direito à Saúde da Plataforma DHESC

Na minha avaliação, o processo da Conferência deixou a desejar, sobretudo as plenárias municipais e as conferências estaduais. Foi pouco tempo de preparação e as diretrizes processuais vieram “de cima para baixo”. O documento-base também chegou bem atrasado. No entanto, sendo governamental e a primeira conferência de políticas públicas para Mulheres, teve como ponto positivo colocar o tema em discussão. Durante a Conferência, outro aspecto positivo foi a sociedade civil ter se colocado frontalmente e explicitamente, com toda sua energia e força, na luta pela legalização do aborto. Isto foi muito importante e não ficou nada a desejar!

Na avaliação das políticas sociais e econômicas do governo, o resultado novamente ficou a desejar, pois estas discussões foram muito focalizadas, não tendo sido debatidas em profundidade as diretrizes para essas políticas, ou seja, o rumo que esperamos para elas. Na plenária final, nós, da sociedade civil, conseguimos retomar este debate aprovando a moção de repúdio à desvinculação orçamentária da União para os recursos de Saúde e Educação. Esta moção, por conta de uma complexidade de fatores e interesses políticos, não foi divulgada para a imprensa, mesmo tendo sido a maior disputa ocorrida na plenária final. A sociedade civil se posicionou por mudanças nos rumos da política econômica. Este foi um momento crucial da Conferência, onde houve uma demarcação no jogo da política entre sociedade e governo. A primeira parte do documento-base, com as questões gerais (diretrizes), embora discutidas nos grupos - a mim parece -, não tiveram a mesma força.

Por tudo isso, a partir desta Conferência, acho que precisamos fazer uma discussão profunda e séria da nossa relação como o Governo. Nós da AMB, Marcha, Rede Saúde temos que voltar para os nossos lugares de sujeitos da sociedade civil e fazermos o controle social da implementação dessas diretrizes por parte do governo. Nós somos parceiros, mas não somos responsáveis por essa implementação.

Gilberta Soares

Cunhã/Ponto focal da Campanha 28 de Setembro

Fiquei muito empolgada com o resultado da Conferência em relação à descriminalização e legalização do aborto. A princípio, estava descrente que CNPM iria mobilizar e levar nossas reivindicações, mas tivemos um resultado importante, principalmente pela participação tão ativa do movimento e porque reafirmamos e referendamos nossas propostas junto à Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, que será porta-voz junto ao Governo em relação a Políticas Públicas para Mulheres.

O relatório final e a ação do Grupo de Trabalho Interministerial precisarão ser monitorados, a fim de que sejam instrumentos importantes de diálogo com o Governo, já que a CNPM foi proposta pelo Governo.

Ainda em relação ao aborto, considero que foi bem sucedida a estratégia de trabalhar pela aprovação da proposta de legalização do aborto desde as plenárias municipais, avançando neste debate, assim como a existência das Jornadas Brasileiras pela Direito ao Aborto Legal e Seguro, que se constituiu para o movimento de mulheres um espaço de articulação e discussão neste tema. As Jornadas mobilizaram mais de 30 organizações (entre as quais Católicas pelo Direito de Decidir, Rede Feminista de Saúde, AMB e a Articulação de Mulheres Negras), o que já é expressão do Movimento Feminista organizado, além de demonstrar que o processo anterior à CNPM e, na própria Conferência, consolidou a articulação com outros setores do movimento de mulheres, como Mulheres da CUT e Marcha. Ao utilizarmos o slogan “A mulher decide, a sociedade respeita, o Estado garante” propiciamos um enfoque que bateu com a vivência das mulheres, garantindo ao mesmo tempo a inserção no debate de Direitos e Cidadania.

Acredito que o processo da CNPM também demonstrou que precisamos buscar formas estratégicas para promover mais debates, pois falar sobre o tema foi vital para ampliarmos a adesão.

Gilberta também informa que foram distribuídas, nesta CNPM, 1.000 enquetes entre integrantes das Jornadas, que entrevistaram delegadas, observadoras e convidadas. Assim que estejam tabuladas as 450 enquetes que retornaram, os resultados serão divulgados.

Dirce Kawaiá (representante das indígenas no CNDM) – *Dirce permaneceu em Brasília, após a Conferência, por conta de reuniões e compromissos já agendados para os dias seguintes. Rapidamente, por telefone, ela fez a seguinte observação sobre a I CNPM, em relação aos resultados: “Melhor, impossível. Assim avalio esta conferência. Índias e Negras firmaram uma importante articulação e o que foi votado já foi consequência deste ato político. Nós mesmas definimos as diretrizes pensando políticas para negras e índias e para outras mulheres que estarão seguindo a gente. Agora, queremos permanecer unidas em nosso propósito de lutar pelos direitos de índias e negras. Na Conferência, éramos 31 delegadas, de 21 estados, além de 15 convidadas”.*

Silvana Conti

Nuances/Liga Brasileira de Lésbicas-Sul

Na CNPM, observando o processo como um todo tivemos vários desgates políticos, entre eles a influência negativa de políticos partidários. Para nós, mulheres lésbicas da Liga, a Conferência teve como resultado positivo o avanço das nossas lutas, demonstrando a nossa diversidade enquanto mulheres lésbicas, em todos os espaços, particularmente, no debate sobre a legalização do aborto e em defesa dos direitos das mulheres lésbicas nas áreas de Saúde e Educação.

Conseguimos incluir juntamente com gênero, raça e etnia, a referência à lesbianidade. Assim, lutamos – por exemplo – por educação anti-racista e não discriminatória em todos os níveis de ensino (desde a educação infantil). Na Saúde, aprovamos que os programas e a formação e sensibilização das/os profissionais considere a diversidade de orientação sexual.

Destaque também para a aprovação da diretriz que exige do Estado a garantia do direito das mulheres lésbicas privadas de liberdade a receberem visitas íntimas nos presídios.

Lidiane Ferreira

Transas do Corpo / Jovens Feministas

Considero que a CNPM foi uma grande conquista, pois incluímos bandeiras antigas do Feminismo, que foram indicadas como políticas públicas. Esperávamos embate na questão do aborto, mas foi quase consensual, com poucas pessoas se manifestando contra. O processo foi tranquilo, considerando a quantidade de mulheres mobilizadas. Porém, grupos de trabalho menores proporcionariam discussões mais aprofundadas, ainda que isso não signifique que as proposições aprovadas sejam fruto de debates superficiais. Apenas tiveram que ser, em sua maior parte, definidas no processo municipal e estadual, ficando no evento nacional o aperfeiçoamento e a confirmação das proposições, salvo em alguns assuntos polêmicos. Em outras conferências, o tempo acaba, mas a conferência não. Nesta, como a articulação foi toda antes, tivemos um fortalecimento do processo político dentro do movimento feminista e de mulheres.

Também não foi possível ouvir questões mais específicas: as indígenas levaram propostas, mas não tivemos tempo suficiente para um maior intercâmbio e um maior envolvimento com a causa. Isso poderia ter acontecido nos grupos, mas só ocorreu paralelamente, pois a organização da CNPM não propiciou este diálogo, o que é compreensível novamente, dado o número de mulheres participantes.

Agora, entramos na fase de cobrança da implementação das proposições aprovadas. Já temos, como um dos ganhos, o fato de muitas mulheres envolvidas no processo hoje compreenderem, um pouco mais, o significado de uma conferência, na perspectiva de implementação de políticas públicas para mulheres. Outro aspecto importante foi o fortalecimento da articulação política com diferentes grupos de mulheres, nos espaços municipais e estaduais, que exigiu das feministas a negociação e a demonstração do valor das propostas antes de irem à votação.

As jovens feministas, que eram cerca de 30 mulheres na Conferência (de aproximadamente, oito estados) pretendem dar continuidade aos debates sobre os temas tratados na conferência. A idéia é fazer isso dentro do Fórum de Jovens Feministas, em comunicação por e-mail.

Carla Batista (SOS Corpo/secretaria adjunta da AMB)

O processo da conferência foi importante ao promover o debate entre setores diversos do movimento de mulheres e feminista, demonstrando que, apesar da nossa pluralidade, possuímos uma enorme capacidade de nos aliar quando temos objetivos comuns. Também foi importante para mostrar o compromisso - ou a falta de compromisso dos governos, como visibilizou a delegação de Pernambuco.

As conferências são governamentais, mas quem dá o sentido e a direção é a sociedade civil organizada. Na I CNPM, as relações do governo com a sociedade civil não foram muito diferentes do que tem ocorrido em outras conferências (como a IX CNDH), com o governo apresentando dificuldade para lidar com o investimento dos movimentos nestes processos e tendo atuado como se isso pudesse ser usado contra os próprios movimentos, ao mesmo tempo em que estes reafirmaram sua autonomia e capacidade crítica. A votação da moção sobre o desvinculamento do orçamento da Saúde e da Educação foi um dos temas polêmicos em que a sociedade deixou registrada a sua autonomia, além de outros que marcaram a crítica à atual política econômica do governo Lula. Por outro lado, esta foi a primeira conferência, das que já participei, em que a representação do governo participou integralmente da sua realização, acompanhando, negociando e votando todas as propostas.

Esta também foi uma conferência que terminou, isto é, chegamos ao seu final discutindo e votando todas as propostas de diretrizes e moções apresentadas. Foi a primeira conferência em que discutimos diretrizes (claro que isso precisa ser afinado) e separamos estas das propostas de ação. A pequena quantidade de moções (33 apresentadas, mas só 18 estavam com o número necessário de assinaturas), avalio como coesão de propostas e objetivos, à parte as posições contrárias a algumas delas. A conferência mostrou que havia uma tendência quase unânime, entre as delegações, para a descriminalização e legalização do aborto, que foi aprovada nos grupos e na plenária final. Parabéns ao trabalho de articulação política das organizações das Jornadas Brasileiras pela Direito ao Aborto Legal e Seguro, o que garantiu este resultado.

A AMB trabalhou pela construção do sentido político para essa conferência fazendo alianças, produzindo materiais educativos e participando da construção da metodologia, em conjunto com outras redes e articulações também integrantes do comitê organizador. Assim que for divulgado o documento final, teremos um instrumento para monitorar. Daqui pra frente, cabe ao governo transformar as proposições finais da Conferência em políticas públicas, o que nós vamos estar acompanhado atentamente!